



**CORTE ESPECIAL**

Ação Direta de Inconstitucionalidade nº: **0333404-5**  
Requerente: **Prefeito do Município de Tupanatinga – PE**  
Requerido: **Câmara Municipal de Tupanatinga – PE**  
Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

**Acórdão**

**EMENTA:** AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL QUE DISPÕE SOBRE O VALOR DO PISO SALARIAL DOS PROFESSORES DE TUPANATINGA. EMENDA AO PROJETO PROPOSTA PELO LEGISLATIVO COM PREVISÃO DE PERCENTUAL DE AUMENTO DIVERSO DO ENVIADO PELO EXECUTIVO E TRATANDO DE OUTROS ASSUNTOS PERTINENTES A TAIS SERVIDORES. VETO DO PREFEITO MUNICIPAL. LEI PROMULGADA. VÍCIO DE INICIATIVA E OFENSA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA RESERVADA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. PRESENÇA DOS REQUISITOS DO FUMUS BONI IURIS E DO PERICULUM IN MORA. LIMINAR CONCEDIDA PARA SUSPENDER A EFICÁCIA DA LEI MUNICIPAL Nº 397/2014.

1. Poder Legislativo Municipal de Tupanatinga que violou os princípios da separação de poderes e da reserva legal de iniciativa do Poder Executivo ao promover indevidamente o aumento da remuneração de servidores e tratar de outros assuntos pertinentes a tais servidores municipais, afrontando os arts. 61, §1º, inc. II, "c" da Constituição da República, o dispositivo 19, §1º, incs. I e IV, da Constituição Estadual, e o art. 46 da Lei Orgânica do Município.

2. *Fumus boni juris e periculum in mora* configurados. Liminar deferida.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0333404-5**, em que figuram como Requerente **Prefeito do Município de Tupanatinga – PE** e, como Requerido, **Câmara Municipal de Tupanatinga – PE**

**ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Corte Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **DEFERIR A MEDIDA LIMINAR** à Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada, conforme relatório e votos em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife, 26 de maio de 2014.

  
Antonio Fernando Araújo Martins  
Desembargador Relator  
(Em exercício cumulativo)

mwl



**CORTE ESPECIAL**

Ação Direta de Inconstitucionalidade nº: **0333404-5**  
Requerente: **Prefeito do Município de Tupanatinga – PE**  
Requerido: **Câmara Municipal de Tupanatinga – PE**  
Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

93  
88

**Relatório – Decisão Liminar**

Cuida-se de Ação Direta de Inconstitucionalidade, com pedido liminar, ajuizada pelo Prefeito do Município de Tupanatinga – PE, em fase da Lei nº 397/2014, que dispõe sobre o valor do piso salarial dos professores de Tupanatinga, e dá outras providências.

No caso em tela, o autor da presente ADI, na qualidade de chefe do Poder Executivo de Tupanatinga, encaminhou, em 03/02/2014, Projeto de Lei ao Poder Legislativo Municipal visando a realizar o reajuste anual dos valores pagos a título de piso salarial dos professores.

Ocorre que o Legislativo alterou o valor do reajuste, fixou a quantia da remuneração dos professores contratados e estabeleceu, ainda, parâmetros para encontrar a base salarial dos profissionais do magistério.

Assim, os vereadores editaram a Lei nº 397/2014, aprovada na sessão de 14 de março de 2014, que restou encaminhada ao Poder Executivo.

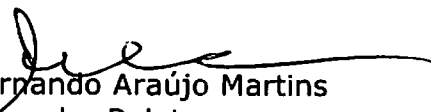
Diante de vício de iniciativa e inconstitucionalidade formal, a lei foi vetada pelo prefeito.

Outrossim, o Poder Legislativo derrubou o veto.

Diante disso, o chefe do executivo municipal ingressou com a presente ação, pugnando, em caráter liminar, pela suspensão dos efeitos da lei, em razão da sua flagrante inconstitucionalidade e do vício de iniciativa.

É o que se tinha a relatar.

Recife,                      de                      de 2014.

  
Antonio Fernando Araújo Martins  
Desembargador Relator  
(Em exercício cumulativo)

**CORTE ESPECIAL**

Ação Direta de Inconstitucionalidade nº: **0333404-5**  
Requerente: **Prefeito do Município de Tupanatinga – PE**  
Requerido: **Câmara Municipal de Tupanatinga – PE**  
Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

**Voto – Decisão Liminar**

Como é sabido, a suspensão da eficácia de lei objeto de ação direta de inconstitucionalidade constitui providência excepcional, que reclama relevância jurídica do fundamento da arguição (*fumus boni iuris*) e demonstração do perigo de dano irreparável com a manutenção do ato normativo impugnado (*periculum in mora*).

Na hipótese dos autos, a celeuma gira em torno da inconstitucionalidade de lei municipal que dispõe sobre o valor do piso salarial dos professores de Tupanatinga, e dá outras providências.

Verifico no caso que o prefeito encaminhou projeto de lei a fim de elevar o salário dos professores, todavia os vereadores elaboraram uma outra lei, com previsão de percentual de aumento diverso do enviado pelo executivo e, ainda, extrapolando a sua competência, fixando o valor a ser pago aos professores contratados e estabelecendo parâmetros para encontrar a base salarial dos profissionais do magistério.

Como é cediço, segundo o princípio da simetria, corolário da supremacia da constituição, em matéria de processo legislativo, a Constituição do Estado deve seguir as diretrizes da Constituição da República, e a Lei Orgânica do Município tem que observar o disposto nas Constituições da República e Estadual.

Ou seja, a Lei Orgânica de um Município não pode prever norma contrária às Constituições da República e Estadual, assim como Lei Municipal deve encontrar ressonância nesses diplomas legais.

Nesse sentido, à luz do princípio da simetria, tanto a Constituição Federal quanto a Constituição Estadual prevêm iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo para proposição de leis que tratem da organização administrativa e dos serviços públicos.

Ademais, a Lei Orgânica de Tupanatinga estabelece a iniciativa exclusiva do prefeito para leis que disponham sobre aumento de remuneração dos servidores municipais.

Com efeito, a Lei ora questionada, de iniciativa do Poder Legislativo Municipal, que elevou o valor da remuneração dos professores e tratou de outros assuntos pertinentes a tais servidores municipais, usurpou a competência conferida privativamente ao Chefe do Poder Executivo, infringindo o princípio da separação dos poderes.

Nesse sentido, vejamos o que dispõe as Constituições da República e Estadual e a Lei Orgânica do Município em destaque.

Extrai-se da Constituição Federal:

*Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer*

*membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

*§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:*

*[...]*

*II - disponham sobre:*

*[...]*

*c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;*

*(...)*

*Art. 63. Não será admitido aumento da despesa prevista:*

*I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º;*

#### **E da Constituição Estadual:**

*Art. 19. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Procurador-Geral da Justiça e aos cidadãos, nos casos e formas previstos nesta Constituição.*

*§ 1º É da competência privativa do Governador a iniciativa das leis que disponham sobre:*

*I - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento e matéria tributária;*

*(...)*

*IV - servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos públicos, estabilidade e aposentadoria de funcionários civis, reforma e transferência de integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar para a inatividade;*

#### **E da Lei Orgânica:**

*Art. 46. São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:*

*I - criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos da Administração Direta e autárquica ou aumento de sua remuneração*

*c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;*

Portanto, da leitura dos dispositivos constitucionais e legais transcritos, *exsurge*, claramente, que a iniciativa de Lei que disponha sobre organização e funcionamento da administração pública é de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo, no caso, o Prefeito de Tupanatinga.

Conclui-se, portanto, que a Lei n. 397/2014 invade competência exclusiva do executivo, já que a iniciativa para propositura da lei pertencia tão-somente ao Prefeito, incorrendo em inconstitucionalidade formal.

Ora, o Poder Legislativo Municipal de Tupanatinga violou os princípios da separação de poderes e da reserva legal de iniciativa do Poder Executivo ao promover indevidamente o aumento da remuneração de servidores e tratar de outros assuntos pertinentes a tais servidores municipais, afrontando os arts. 61, §1º, inc. II, "c" da Constituição da República, o dispositivo 19, §1º, incs. I e IV, da Constituição Estadual, e o art. 46 da Lei Orgânica do Município, restando demonstrado o *fumus boni juris*.

Outrossim, o *periculum in mora* também encontra-se presente, uma vez que tais medidas evidentemente implicam em aumento de despesas, com

necessidade da respectiva dotação orçamentária.

Sobre a questão, trago à colação o seguinte julgado desta Corte Especial:

*AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. VÍCIO DE INICIATIVA. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO CHEFE DO EXECUTIVO. DESPESA PÚBLICA. VIOLAÇÃO A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. ARTIGO 19, § 1º, I E IV E ARTIGO 79. PRINCÍPIO DA SIMETRIA E SEPARAÇÃO DOS PODERES. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. 1. Norma apresentada por vereador, em que a Casa Legislativa do Município de Águas Belas, extrapolou suas atribuições porquanto é de competência privativa do Chefe do Poder Executivo a iniciativa de normas atinentes a diretrizes orçamentárias, orçamentos e servidores públicos. 2. Segundo Hely Lopes Meirelles esclarece: "Lei de iniciativa exclusiva do prefeito são aquelas que só a ele cabe o envio do projeto à Câmara. Nessa categoria estão as que disponham sobre a criação, estruturação e atribuições das secretarias, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal; a criação de cargos, funções ou empregos públicos na Administração direta e autárquica, fixação e aumento de sua remuneração; o regime jurídico dos servidores municipais; e o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, os orçamentos anuais, créditos suples e especiais". (Direito Municipal Brasileiro - Malheiros, 15ª Ed, pág. 733). 3. Violação ao art. 19, § 1º, I e VI da Constituição Estadual que, em virtude do princípio da simetria, deve ser observado pelo Município. Nesse sentido: ADIN nº 157669-4, Corte Especial, Rel Desa. Helena Caúla, DJ 20/04/2009. 4. Norma que contraria, de igual forma, o princípio da separação dos poderes insculpido no art. 79 da Carta Estadual. 5. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente. Decisão unânime. (TJ-PE - ADI: 97892920108170000 PE 0009789-29.2010.8.17.0000, Relator: Jones Figueirêdo, Data de Julgamento: 12/03/2012, Corte Especial, Data de Publicação: 54).*

97  
A.S.B.

Destarte, os requisitos autorizadores para o deferimento da medida de urgência restam demonstrados.

Diante do exposto, **defiro a medida liminar** requerida para suspender os efeitos da Lei n. 397/2014 do Município de Tupanatinga, em virtude da sua flagrante inconstitucionalidade formal e do vício de iniciativa que macula a norma impugnada, até o julgamento definitivo.

Notifique-se a Câmara Municipal de Tupanatinga/PE para, no prazo de 30 (trinta) dias, prestar as informações necessárias ao julgamento destes autos, encaminhando-se cópias da inicial e da documentação apresentada, nos termos do artigo 141, I do Regimento Interno deste E. Tribunal de Justiça.

Decorrido o prazo, com ou sem as informações, remetam-se os autos à Procuradoria de Justiça para emissão de parecer.

Posteriormente ao prazo das informações, cite-se o Procurador do Município, na pessoa do seu representante legal.

Após o cumprimento das referidas medidas, voltem-me conclusos.

Recife, 12 de maio de 2014.

Antonio Fernando Araújo Martins  
Desembargador Relator  
(Em exercício cumulativo)